

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 21 de janeiro de 2019 às 07h58*  
*Seleção de Notícias*

## G1 - Globo | BR

Direitos Autorais

<b>Europa rejeita acordo e congela discussão sobre nova diretriz de direitos autorais; entenda a polêmica .....</b>	<b>3</b>
<small>ECONOMIA</small>	

Pirataria

<b>Teste rápido desenvolvido na Unicamp aponta falsificações ou alterações em medicamentos .....</b>	<b>6</b>
<small>CAMPINAS E REGIÃO</small>	

## Yahoo! Notícias Brasil | BR

Patentes

<b>Eis o motivo da rixa entre Qualcomm e Apple, segundo CTO da fabricante de chips .....</b>	<b>8</b>
<small>CAPA</small>	

## F5 - Folha.com | BR

Direitos Autorais

<b>MySpace, que já foi principal rede de música, é obrigada pela Justiça a pagar direitos autorais ..</b>	<b>9</b>
<small>MÚSICA</small>	

# Europa rejeita acordo e congela discussão sobre nova diretriz de direitos autorais; entenda a polêmica

ECONOMIA



Artigos 11 e 13 são os mais questionados pelos países do bloco e também por youtubers. Texto foi aprovado pelo Parlamento Europeu no ano passado e agora passa por conversas finais.

A diretriz de **direitos autorais** da Europa, aprovada pelo Parlamento Europeu em 2018 e que vem causando grande polêmica entre youtubers, encontrou resistência nesta sexta-feira (18) de 11 dos países da União Europeia.

Uma reunião para debater os ajustes finais na proposta foi cancelada depois que eles se opuseram aos artigos 11 e 13, demonstrando preocupação com essas partes do texto.



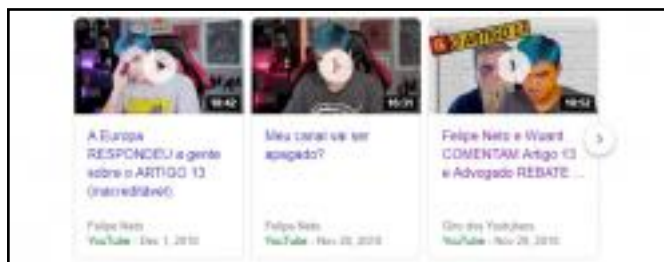
Alguns países afirmam que as regras impõem restrições demais a pessoas que criam conteúdo online; outros dizem que elas são insuficientes para proteger os donos dos **direitos autorais**.

Segundo a parlamentar Julia Reda, do Partido Pirata da Alemanha, uma notória opositora da diretriz, Alemanha, Bélgica, Holanda, Finlândia e Eslovênia já se opunham à diretiva. Eles foram acompanhados de Itália, Polônia, Suécia, Croácia, Luxemburgo e Portugal.

Os representantes desses países não conseguiram chegar a um acordo sobre a diretriz, que precisa de uma maioria qualificada para prosseguir até a votação final no Parlamento Europeu, que deve acontecer até o final março deste ano.

Se ela for aprovada, os membros da União Europeia terão 2 anos para atualizarem suas legislações nacionais. A diretiva não é uma lei por si só: ela serve para compelir os países do bloco a adotarem suas próprias legislações e balizar os textos que serão criados.

Além da falta de acordo entre membros da UE, a di-



Continuação: Europa rejeita acordo e congela discussão sobre nova diretriz de direitos autorais; entenda a polêmica

retriz vem causando atritos entre o YouTube e os legisladores do bloco europeu, especialmente por conta desses dois artigos:

Artigo 11: apelidado de "imposto do link", prevê a cobrança por compartilhamento de links e pequenos resumos de notícias em plataformas comerciais, mas não deixa claro quem elas são;

Artigo 13: conhecido como a "proibição de memes", ele restringe o uso de conteúdo produzido por terceiros, como o que é usado nessas brincadeiras e também em "vídeos-reação".

O Artigo 13 afirma que "serviços online de partilha de conteúdo e detentores de direito de propriedade intelectual devem cooperar de boa-fé para garantir que trabalho protegido e outros conteúdos não sejam divulgados de maneira desautorizada em suas plataformas".

Segundo o YouTube e os produtores do site, isso passa a responsabilidade de vigiar o mal uso de propriedade intelectual para as empresas e plataformas.

Antes, essa prerrogativa pertencia ao dono do **direito autoral**, que deveria denunciar quando seu trabalho é usado de maneira irregular por outro produtor de conteúdo.

Ainda enquanto a diretriz era discutida, o YouTube alegou que não teria como lidar com a quantidade de processos que surgiriam com a mudança por não conseguir vigiar a totalidade de vídeos que entram na plataforma.

Em carta aos produtores de conteúdo da plataforma, a empresa afirmou que, se a legislação fosse levada a cabo, só permitiria o funcionamento de canais de algumas grandes empresas, que detêm o **direito autoral** de tudo que publicam. Isso porque seria arriscado demais hospedar conteúdo de pequenos produtores.

"Essa legislação põe uma ameaça a maneira como você vive e sua habilidade de compartilhar sua voz com o mundo. E, se for implementado, o Artigo 13 ameaça centenas de milhares de empregos, criadores europeus, negócios, artistas e qualquer pessoa que ele empreguem", disse a presidente do YouTube, Susan Wojcicki, tanto na carta quanto em um vídeo publicado na plataforma.

Em outro texto, publicado no jornal britânico "Financial Times", Wojcicki afirmou que, em escala, a responsabilidade pelo conteúdo seria muito grande. "Multiplique esse risco por 400 horas de vídeo que são disponibilizados por minuto no YouTube e nenhuma empresa conseguirá lidar com as responsabilidades legais e com o risco financeiro".

Ela afirmou que concorda com os objetivos previstos pelo Artigo 13, mas acredita que a proposta irá criar "consequências não previstas na vida de centenas de milhares de pessoas", como as que aconteceram com as tentativas anteriores de regular **direito autoral**.

Depois da mensagem, youtubers como o português Wuant (3,3 milhões de seguidores) e Felipe Neto (29,4 milhões) publicaram vídeos em que afirmam que seus canais poderiam ser apagados em decorrência da mudança.

Na visão dos críticos, a nova diretriz vai exigir que exista uma rede de checagem antecipada, em que o conteúdo com uso de músicas ou de imagens produzidas por terceiros - como as usadas nos memes e nos "vídeos de reação" - seja banido antes mesmo de ir ao ar.

A Comissão Europeia rebateu as críticas com outra carta, em que direciona a responsabilidade de cumprir a diretriz ao YouTube e promete que canais e memes não vão desaparecer.

"Os vossos vídeos não vão ser apagados e a vossa liberdade de expressão não vai ser limitada", escreveu Sofia Colares Alves, representante-chefe da Co-

Continuação: Europa rejeita acordo e congela discussão sobre nova diretriz de direitos autorais; entenda a polêmica

missão Europeia em Portugal. "O artigo 13º não se dirige a youtubers e não vai afetar os vossos canais. Dirige-se, isso sim, a plataformas como o YouTube, que têm lucrado graças a conteúdos que não cumprem as leis de direitos de autor."

"Os memes não vão desaparecer", disse ela. "Aliás, os memes são protegidos por uma exceção na diretiva de direitos de autor de 2001."

A polêmica com o Artigo 11 envolve plataformas que agregam notícias, como o Google News. Segundo a diretriz, eles terão de pagar uma taxa e ter uma licença para disponibilizar links e pequenas descrições de reportagens de jornais, revistas e portais.

A ideia é remunerar as empresas que fazem esse conteúdo.

O texto, no entanto, cita que usuários estão excluídos e que não se deve "prevenir o uso privado legítimo e não-comercial" de publicações de imprensa. Mas não deixa claro o que vale como plataforma co-

mercial e se blogs que agregam notícias ou mesmo páginas no Facebook com grande audiência seriam enquadrados.

Outras leis semelhantes ao Artigo 11 já foram aprovadas em alguns países da Europa. Na Espanha, um projeto de 2014 estabeleceu que as empresas de comunicação cobrassem dos agregadores por compartilhar resumos de notícias.

O Google reagiu, fechando a divisão local do Google News. E os pequenos agregadores locais deixaram de funcionar porque não conseguiram arcar com os custos do compartilhamento. O tráfego aos sites de notícia do país caiu 15% na média.

Na Alemanha, uma lei de 2013 permitia que criadores de conteúdo escolhessem cobrar ou não por notícias. O resultado foi o Google deixando de mostrar sites que optaram pela cobrança e uma consequente queda no tráfego online.

# Teste rápido desenvolvido na Unicamp aponta falsificações ou alterações em medicamentos

CAMPINAS E REGIÃO



*Pesquisadores analisaram seis remédios para disfunção erétil e três deles apontaram adulterantes.*

Pesquisadores da Unicamp, em Campinas (SP), criaram um teste rápido capaz de verificar se o medicamento é falsificado ou tem adulteração. Com o auxílio de um espectrômetro de massa, é possível descobrir em 30 segundos a composição do comprimido, e se ele possui aquilo que está descrito na bula.



Testes realizados pelo laboratório Inovare com remédios indicados para a disfunção erétil mostraram que três dos seis comprimidos analisados tinham componentes adulterantes que, segundo os pesquisadores, os efeitos no corpo humano não são conhecidos.

"Foram utilizados um medicamento que nós chamamos de referência, um adquirido no mercado informal, que a gente já esperava que tivesse adulterantes, e quatro medicamentos genéricos, que são regularmente comercializados em drogarias. Desses quatro genéricos, por surpresa, dois deles tivemos muita similaridade com o adulterado, com aquele do mercado informal, e os outros dois bem próximos e semelhantes ao referência", explica o pesquisador Luis Fernando Falco.



De acordo com a [Anvisa](#), os genéricos podem ter substâncias diferentes das que existem no medicamento de referência, mas o princípio ativo tem que ser o mesmo. Além disso, a bula precisa ter os nomes de todos os compostos que fazem parte do medicamento, e isso, segundo os pesquisadores, não aconteceu.

Coordenador do laboratório Inovare, Rodrigo Catharino explicou a importância de que o medicamento produzido siga a "receita".

Continuação: Teste rápido desenvolvido na Unicamp aponta falsificações ou alterações em medicamentos

"Remédio é como se fosse uma receita de bolo, que eu tenho que seguir estritamente essa receita para que eu tenha esse conjunto, esse bolo no final. E se eu não seguir isso com uma qualidade grande dos ingredientes que compõe esse bolo, pode ser que eu não tenha a função adequada desse medicamento."

Os resultados obtidos pelos pesquisadores foram publicados em uma revista científica da Europa e o próximo passo, segundo eles, é testar a composição de outros tipos de medicamento. Para Catharino, o teste pode ser utilizado, no futuro, em farmácias, para

confirmar a composição dos remédios vendidos.

A **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)** disse que não pode se manifestar sobre a aplicação do teste e os resultados nesse momento, porque desconhece a metodologia e as condições em que eles foram feitos.

A **Anvisa** destacou ainda que vai buscar mais informações com os pesquisadores para verificar a necessidade de fiscalizar os produtos usados no estudo.

# Eis o motivo da rixa entre Qualcomm e Apple, segundo CTO da fabricante de chips

CAPA

Qualcomm pode realmente não querer mais trabalhar com a Apple. O CTO da empresa, James Thompson, testemunhou nesta sexta-feira (18) para a Federal Trade Commission (FTC), órgão que regula negócios nos Estados Unidos, e disse que a Qualcomm teria mais tempo para trabalhar em seus produtos se não fossem as exigências da Apple. Órgão acusa fabricante de monopólio. >A Qualcomm pode realmente não querer mais trabalhar com a Apple. O CTO da empresa, James Thompson, testemunhou nesta sexta-feira (18) para a Federal Trade Commission (FTC), órgão que regula negócios nos Estados Unidos, e disse que a Qualcomm teria mais tempo para trabalhar em seus produtos se não fossem as exigências da Apple. Órgão acusa fabricante de monopólio.

Em sua fala, ele ressaltou que custa pelo menos US\$ 250 milhões (~ R\$ 940 milhões) para a fabricante de chips se adequar todo ano ao que a Apple exige em termos de componentes de smartphones. Isso porque a empresa liderada por Tim Cook exige uma nova peça todo ano. "Mas se você olhar para nossos outros clientes que usam estes produtos, como o mercado de cartões de memória, eles não querem que a gente faça um novo design todo ano", levantou.

Intel. Por esse motivo que as duas vivem de processos por **quebra de patente** e acusações mútuas. >Isso acontece porque a Apple produz seus próprios chips com proposta de melhorar os aparelhos a cada ano, mas deixa o hardware de conectividade para outra empresa. Até 2015, era a Qualcomm. Agora, a In-

tel. Por esse motivo que as duas vivem de processos por **quebra de patente** e acusações mútuas.

Para os outros aparelhos para os quais a Qualcomm também fornece hardware, seus modems já são integrados nos chipsets dos processadores Snapdragon, que ela também fabrica. Ou seja, não precisaria desenhar novamente um novo chip para cada aparelho presente no mercado.

Com esse argumento, Thompson levanta que a Qualcomm não lançaria um novo modelo por ano, deixando mais tempo, entre dois ou três anos, para desenvolver melhor um novo modem.

Processo

Thompson está testemunhando em uma investigação da FTC. A fabricante é acusada de monopólio no setor de produção chips para funções sem fio. Com isso, a Qualcomm conseguiria forçar empresas a buscar seus serviços, cobrando muito mais caro do que a média do mercado.

Por este motivo, Thompson tentou justificar por que o custo de produção para a Apple é mais caro. Ele ainda disse que a alegação da FTC é uma "teoria legalmente falha", sendo que as empresas procuram a Qualcomm exatamente porque ela "tem os melhores processadores".

Canaltech >Fonte: Canaltech



# MySpace, que já foi principal rede de música, é obrigada pela Justiça a pagar direitos autorais

MÚSICA



*STJ afirma que plataforma se enquadra como serviço de streaming*

Fabiana Schiavon

São Paulo

Criado em 2003, a rede social de música MySpace, que chegou a ser mais popular do mundo, foi lembrada por um processo judicial. No final de 2018, o Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) conseguiu provar que a empresa deve pagar os **direitos autorais** aos artistas que usaram a plataforma.

Pouca gente se lembra, mas o MySpace ainda funciona e foi comprado pela Fox Interactive Media Inc, em 2005. "Eles começaram como uma plataforma de lançamento de bandas independentes, mas começou a crescer muito e a fazer playlists com outros artistas que nem haviam dado autorização para isso", afirma Hélio Saboya, do escritório de advocacia Saboya, Direito, Muanis.

É o mesmo entendimento da Justiça que afirmou que o MySpace se enquadra como serviço de streaming musical. "A disponibilização de músicas e obras literomusicais, por meio da **internet** via tecnologia streaming, configura execução pública de obras protegidas, ficando sujeita ao pagamento de royalties ao Ecad", disse o ministro Marco Aurélio Bellizze, do

STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Mesmo vendendo publicidade e assinaturas, o MySpace utilizava o argumento de que não promovia execução pública de músicas. O argumento de cobrança do Ecad tem como base a execução pública de obras. "Dissemos que não havia nada mais público do que a **internet**, já que qualquer pessoa teria acesso a esse conteúdo", disse Saboya.

Grandes veículos de comunicação mantêm acordos fixos com o Ecad para que os **direitos autorais** não deixem de ser recolhidos. Saboya lembra que rádios e TVs pagam um valor fechado por um período que permite a eles executarem as músicas que quiserem com liberdade. "No fim desse período, é gerado um relatório, e cada artista que foi tocado recebe os seus direitos. Isso ainda não é comum na **internet**."

Plataformas digitais como o Spotify e a Deezer já tem regras definidas de pagamento aos artistas. Mesmo assim, o terreno da **internet** ainda causa discussões. O YouTube e a Universal, por exemplo, brigam na Justiça para que a gravadora receba mais pela execução das músicas. Recentemente, os dois chegaram a um acordo.

Com o tempo e com as brigas judiciais que já ocorrem com o YouTube e outros sites e plataformas digitais, as decisões da Justiça ficaram mais claras. "Hoje, não se usa mais o termo executar uma música ou uma obra, mas disponibilizar. Os tempos são outros. A discussão se alonga porque a Justiça é muito lenta, e tudo se moderniza muito rápido", lembra o advogado.

O processo contra MySpace foi instaurado pelo Ecad em 2009. O órgão chegou a ser condenado, em primeira instância, pela Justiça do Rio, em 2015. Só no fim de 2018, o STJ entendeu que a empresa precisava

Continuação: MySpace, que já foi principal rede de música, é obrigada pela Justiça a pagar direitos autorais

pagar os direitos devidos.

Com essa decisão, o Ecad e o MySpace ainda terão de chegar a uma conclusão de qual é o valor devido, e qual o período em que a empresa deixou de pagar os direitos. Os dados serão avaliados por um perito, que designará o valor dos direitos devidos.

A decisão diz que a plataforma deve "se abster de reproduzir conteúdo musical sem a autorização dos autores da obra, bem como à indenização pela

disponibilização já efetuada das obras". A empresa também terá que pagar perdas e danos correspondente ao valor 7,5% da receita de publicidade obtida com tais divulgações, além das despesas processuais e honorários advocatícios.

Procurada, a defesa do MySpace informou que a empresa não comentaria sobre o assunto. Cabe recurso da decisão.

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 9

**Pirataria**

6

**Marco regulatório | Anvisa**

6

**Patentes**

8